



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 15 (*quinze*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 3ª (*terceira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, Rafael Pereira de Souza, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, foram aprovadas as resoluções referentes aos seguintes processos: 1/1932/2015 – Conselheiro Leilson Oliveira Cunha; 1/4569/2016, 1/1909/2018 – Conselheiro Rafael Pereira de Souza. **Passando-se à ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/574/2016 – Auto de Infração: 1/201520133. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES SANTA HELENA LTDA. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **improcedente** o feito fiscal. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com os fundamentos do Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, embora divergente no que se refere à terminologia, uma vez que referido parecer conclui pela nulidade por vício material, considerando que a metodologia foi utilizada de forma inconsistente. **Processo de Recurso nº 1/1736/2016 – Auto de Infração: 1/201600003. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: A PINHEIRO COMÉRCIO & CONSTRUTORA LTDA. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, resolve determinar o **retorno do processo à instância originária para a realização de novo julgamento**, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, tendo em vista que há nos autos elementos suficientes para apurar a questão, não tendo ocorrido nenhum tipo de cerceamento do direito de defesa. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

Processo de Recurso nº 1/3585/2013 – Auto de Infração: 1/201313767. Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. Decisão: O Sr. Presidente, na forma regimental, **sobrestou** o julgamento do processo acatando o pedido da Conselheira Maria Elineide Silva e Souza, que solicitou mais tempo para se pronunciar a respeito do pedido de vista ocorrido em sessão anterior. **Processo de Recurso nº 1/2984/2016 – Auto de Infração: 1/201614730. Recorrente: ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO MARCUS MOTA DE PAULA CAVALCANTE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e deliberar nos seguintes termos: **1. Quanto a arguição de decadência, com base na aplicação do art. 150, § 4º, do CTN** – Afastada por maioria de votos, considerando que se aplica ao presente caso, a norma do art. 173, inciso I, do CTN. Vencidos os Conselheiros Rafael Pereira de Souza e Wander Araújo de Magalhães Uchôa, que foram favoráveis à decadência, acatando o pedido da parte. **2. Quanto a preliminar de nulidade do Auto de Infração sob o argumento de falta de subsunção do fato à Norma** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que nas Informações Complementares ao Auto de Infração estão descritos todos os fatos necessários à comprovação da autuação. **3. Quanto ao pedido de exclusão dos corresponsáveis do polo passivo da autuação** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que os sócios não compõem o polo passivo do Auto de Infração e que o pedido de exclusão deverá ser pleiteado junto a Procuradoria Geral do Estado, quando da inscrição em dívida ativa, se for o caso. **4. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Afastado, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **5. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais:** Compareceu a esta sessão, na condição de ouvinte, a Conselheira Suplente, Dra. Lúcia de Fátima Dantas Muniz. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 16 de julho do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA